

GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sandra Aparecida Machado
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação
Faculdade Vale do Cricaré

Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo

A coerência frente às transformações políticas e de gerência pública tem impulsionado vários autores à publicação de obras acerca da gestão democrática no Brasil, que por vez incentiva a sociedade de que o caminho da democracia é necessário e inevitável. Desde os anos 80, a Gestão Democrática e participativa vem se destacando no campo político e pedagógico, tendo em vista os inúmeros problemas educacionais e o papel da Educação formal, comumente motivos de ampla discussão na sociedade brasileira. Essas discussões resultam na compreensão da necessidade de se vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que contribua para a formação de pessoas autônomas e emancipadas.

Nessa esteira, a gestão democrática da escola e dos sistemas de ensino tornou-se um dos princípios constitucionais do ensino público, no art. 206, VI da Constituição Federal (BRASIL, 1988), tendo os sistemas de ensino em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) a responsabilidade na concretização desse princípio. Segundo, Cury (2014, p. 17), a gestão democrática como princípio da educação nacional, deve ser “presença obrigatória” em instituições escolares.

A motivação para o desenvolvimento do presente trabalho, se deu pelo fato da primeira autora ter uma razoável experiência na gestão da educação infantil, e nos últimos anos, atuar em um Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), no município de São Mateus, vinculado ao Programa Proinfância. Isto posto, o presente trabalho problematiza: De que forma a gestão democrática nos CEIM's de São Mateus-ES, vinculados ao Programa proinfância, podem contribuir para a formação docente?

Proinfância não se refere a um termo em si, mas se configura como um programa

fomentado, institucionalizado, implantado, financiado e monitorado pelo Governo Federal. Foi criado pelo Decreto nº 6.494/2008 e sua intenção, é prover aos municípios condições para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil, e garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária (BRASIL, 2016).

É por isso que o presente estudo, investigou alguns aspectos importantes da gestão da Educação Infantil nos CEIM's, vinculados ao Proinfância no Município de São Mateus, ES, a fim de compreender melhor a existência destas instituições: estruturação, funcionamento, vantagens, demandas, a vivência dos seus gestores e demais profissionais. Isso tudo, contribuiu para uma visão mais ampla e moderna da educação como um todo, bem como sobre a importância da formação dos profissionais que atuam nesse espaço.

O objetivo geral deste estudo foi investigar a possibilidade da gestão democrática contribuir para a formação docente nos CEIM's - contemplados com o Programa Proinfância - no município de São Mateus, ES. Como objetivos específicos da pesquisa, investigou-se as políticas de Educação Infantil no município de São Mateus, de acordo com a legislação em vigor e buscou-se compreender os desafios de uma gestão pedagógica na Educação Infantil e refletir sobre a formação docente nos CEIM's, contemplados com o Proinfância.

A parceria do Governo Federal com o Município de São Mateus gerou ações do Programa Proinfância, as quais contemplam os Centros de Educação Municipal "A", "B" e "C"¹. Os três, fazendo parte deste Programa, recebem investimentos específicos do Ministério da Educação, que trazem benefícios e melhorias significativas para a Educação Infantil.

Conforme dados do MEC, em 2012, foram construídas 2.285 (duas mil e duzentas e

¹ Por uma questão de ética, optou-se por não identificar os Centros de Educação Infantil.

oitenta e cinco) creches, em que apenas 22 (vinte e duas) foram entregues no prazo determinado. A CGU (Controladoria Geral da União) aponta 28% de eficiência do programa Proinfância. Para o início do ano de 2018, foram previstas 8.824 (oito mil e oitocentas e vinte e quatro), sendo concluídas 3.482 (três mil e quatrocentas e oitenta e duas) concluídas e apenas 1.478 (um mil e quatrocentas e setenta e oito) em funcionamento. Os entraves à sua conclusão envolvem aspectos de desestrutura e falta de planejamento estratégico das gestões municipais, atos ilícitos (licitações, desvios e corrupção) até a ilegalidade de processos para sua execução.

O financiamento do Proinfância é feito por meio do Governo Federal e dos governos municipais, por meio de recursos específicos para sua implantação e subsistência. A parcela federal é disponibilizada em conta da unidade de ensino denominada PDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e a contribuição municipal denominada como PROAUFE (Programa de Autonomia Financeira Escolar). Esses recursos advêm de arrecadações de impostos e se destinam à aquisição de materiais de uso permanente e também para a manutenção e pequenas reformas e construções no prédio escolar; também em recursos didáticos que viabilizem o processo ensino-aprendizagem das crianças, que precisa estar em constante desenvolvimento, envolvendo a prática docente.

A pesquisa realizada foi um estudo de caso, de abordagem qualitativa, ancorada em André (2013, p.97), quando afirma que:

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados.

A autora aponta o caminho de uma pesquisa qualitativa e nos fornece uma clareza dos objetivos que se pretende alcançar quanto à visão do que representa a Proinfância a partir da realidade vivida pelos gestores e pedagogos. Ainda segundo a mesma autora, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores.

Como instrumento para a produção dos dados, optou-se pela entrevista semiestruturada aplicada a professores e gestores de 03 (três) CEIM's Proinfância de São Mateus-ES. Segundo André (2013), a entrevista se impõe como uma das vias principais. As observações, segundo Stake (1995), apud André (2013), dirigem o pesquisador para a compreensão do caso.

O lócus da pesquisa foi os Centros de Educação Infantil Municipal, localizados em diferentes regiões do município de São Mateus-ES. O público alvo da pesquisa contou com o total de 03 (três) gestores dos CEIM's Proinfância, bem como, outros personagens envolvidos na estruturação e funcionamento destes Centros, todos dentro da conjuntura da rede municipal de educação, bem como, outros profissionais que trabalham nestes espaços. Totalizando 3 (três) Gestores dos CEIM's Proinfância em São Mateus e 12 (doze) Professores que trabalham no âmbito dos CEIM's.

Foi feito o levantamento e análise dos fundamentos teóricos para identificar a importância do trabalho dos gestores destes centros, com suas demandas e os possíveis desafios. Também houve a observação dos ambientes de execução, bem como a realização de entrevista com gestores e professores personagens da gestão escolar e levantamentos das demandas quanto à formação docente para atuar nos Centros de educação infantil articulados com a Proinfância.

Após a produção dos dados amparados nas observações e entrevistas, foi desenvolvido um plano de trabalho, junto com os 3 gestores dos CEIMs Proinfancia, propondo uma parceria com a Universidade Federal – Campus Ceunes, IFES – São Mateus e FVC, para uma formação com os profissionais desses três CEIMs, com foco no Programa Proinfancia.

A partir dos resultados, destacamos que sendo a Educação Infantil um espaço de descoberta do mundo para as crianças. A responsabilidade com que é desenvolvida tem fundamental importância e demonstra o comprometimento com a educação. Nesse sentido, necessitam ter clareza sobre estes aspectos, que se entrelaçam e repercutem nas suas práticas. As ações sejam elas no âmbito, individual, sejam no âmbito coletivo,

devem estar voltadas para as mudanças positivas na vida das crianças e das instituições que as educam.

A escola deve se constituir no “lócus” privilegiado para o acontecimento de toda aprendizagem. Diretores, supervisores, orientadores, professores, pais, alunos e todos os outros profissionais da escola, têm de se envolverem com o processo pedagógico, para que ele possa fluir a contento. É na escola, que os saberes se concretizam (VASCONCELLOS, 2013).

A partir dos resultados, compreendeu-se que as limitações quanto a formação continuada do professor da educação infantil, pode ser a carga horária exaustiva, uma vez que necessitam trabalhar 2 ou 3 turnos para conseguir uma renda que lhes permita atender as suas necessidades pessoais. O pouco tempo disponível aliado à falta de recursos financeiros são entraves à formação continuada desses profissionais. Destacam ainda que uma das formas de sanar esse problema seria por meio da educação à distância, utilizando os recursos da internet. Essa constatação atende aos objetivos específicos.

Para que seja efetivamente implantada uma educação de qualidade para todos no interior das escolas infantis, é preciso repensar a forma como elas se organizam, seus tempos e espaços, respeitar e valorizar os modos de vida dos alunos, suas necessidades. Para isso, é necessário que transformemos o ensino para tornar os alunos capacitados, aptos a atuarem no mundo, que contemplem currículos, metodologias, calendários, dentre outros, adequados a essa demanda. Para garantir uma transformação social, coloca-se em questão a docência e a formação inicial do professor da Educação Infantil, já que são eles os atores principais no processo ensino e aprendizagem que deverão propor formas de organização numa possibilidade concreta de mudança no cenário dos CEIMs. Quanto à gestão pedagógica na Educação Infantil, entende-se que seria preciso mais autonomia, principalmente no que tange à proposta de formação docente.

Percebe-se que grande parte dos professores está há bastante tempo em sala de aula, com horário exaustivo de trabalho e, por isso, sua dedicação não é a mesma de quando se efetivou pela rede municipal de ensino. Destaca-se, também, que os cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de São Mateus não alcança ofertar cursos a

todos os profissionais. Dessa forma, sabendo que o município abarca uma quantidade significativa de instituições de ensino superior, percebe-se a necessidade de estabelecer parcerias para através delas ofertar cursos que possam qualificar os profissionais da Educação Infantil. Esse é um dos desafios da gestão na Educação Infantil mateense, manter os professores atualizados e sempre preparados para mudanças e novidades significativas à aprendizagem discente.

Outro desafio são os recursos baixos e escassos, pois com a arrecadação municipal em crise, os repasses para os CEIMs também diminuiram, obrigando que os gestores e seus colaboradores realizem eventos para gerar recursos que subsidiem parte da manutenção da escola. Assim, despende-se um tempo precioso, que poderia ser utilizado para outros fins e envolvem-se em festas, encontros e outros que gerem capital suficiente para sua manutenção. Um terceiro desafio à gestão nos Centros de Educação Infantil Proinfância é a motivação de formação aos professores, pois alguns se mostram desencorajados pelo tempo que possuem de experiência, outros caminhando para a aposentadoria e outros acomodados, sem muitas perspectivas de melhoria através de participação em cursos de extensão.

Dessa forma, portanto, os desafios que se apresentam aos gestores, entre outros, envolvem a falta de motivação dos docentes à formação e ao tipo de formação que hoje é ofertado. Para que as mudanças possam surgir, é necessário que haja incentivo da rede municipal, parceria das instituições superiores e motivação aos professores por intermédio dos gestores, para que de fato haja formação de forma eficiente e eficaz em prol da Educação Infantil e que beneficie ao docente, ao aluno e a educação de maneira qualitativa, dando prosseguindo aos demais âmbitos da educação básica do município.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BRAGA, Maria José. **Disposições temporais de futuro e longevidade escolar em famílias populares.** Florianópolis: Perspectivas, 2005.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37551>. 2016. Acesso em 12 de jul. 2018.

CURY, C.R. J.; Gestão Democrática dos sistemas públicos de ensino. In.: OLIVEIRA, M. A. M. (Org.); **GESTÃO EDUCACIONAL: novos Olhares Novas Abordagens.**, 10^a Ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 15^a edição. São Paulo:2013.